

**TRABALHO 3**

**A CRIANÇA E A INFÂNCIA:  
UMA REFLEXÃO HISTÓRICA**

**CLAUDIA LORENA JULITO ARAUJO  
CAROLINE MARQUES DA ROSA FERNANDES  
FERNANDA DE SOUZA ALVES  
ISABELE GONÇALVES DE OLIVEIRA  
KARINA APARECIDA MURATORI DA SILVA  
LUCIA CECCON GIACOMITTI**

Como citar:

ARAÚJO, Claudia Lorena Julito; FERNANDES, Caroline Marques da Rosa; ALVES, Fernanda de Souza; OLIVEIRA, Isabele Gonçalves de; SILVA, Karina Aparecida Muratori da; GIACOMITTI, Lucia Ceccon. A criança e a infância: uma reflexão histórica. In: NASCIMENTO NETO, José Osório do; RIBEIRO, Nonie; CANDIOTTO, Lucimara Bortoleto. (Orgs.). Tecnologia e inovação: limites e possibilidades do metaverso para a pesquisa, extensão e internacionalização. Anais do Seminário de Pesquisa, extensão e internacionalização. (Regional Centro Sul – SEPESQ e Jornada de Iniciação Científica Estácio). 1.ed. Curitiba: GRD, 2023. ISBN: 978-65-997628-5-7 FATEC | ISBN: 978-65-997628-4-0 ESTÁCIO | DOI: 10.5281/zenodo.7915964

## A CRIANÇA E A INFÂNCIA: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA

Claudia Lorena Julito Araujo<sup>1</sup>  
Caroline Marques da Rosa Fernandes<sup>2</sup>  
Fernanda de Souza Alves<sup>3</sup>  
Isabele Gonçalves de Oliveira<sup>4</sup>  
Karina Aparecida Muratori da Silva<sup>5</sup>  
Lucia Ceccon Giacomitti<sup>6</sup>

Falar de criança e infância é a mesma coisa??? Apesar de serem assuntos totalmente entrelaçados, não é a mesma coisa. Por este motivo, a importância de entender estas diferenças e contextualizar a viga mestra que compreende todo este assunto, observando como se deu a trajetória da Educação Infantil, sobretudo no cenário Brasil. Conceitos amplos e importantes que se completam e se misturam. Difícil falar de infância sem falar de criança. Da mesma forma não se consegue explicar a criança sem falar na infância. Quase como uma fórmula matemática, a equivalência entre eles nos faz pensar e refletir de forma mais profunda sobre estes conceitos. Uma única coisa é certa de antemão, não existe infância sem criança, mas, infelizmente, existe criança que não teve infância e por este motivo, precisamos valorizar e priorizar cada vez mais estes que serão os provedores de nosso futuro. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância e o contexto histórico da criança e sua infância no Brasil e mostrar o quanto precisamos caminhar para darmos uma melhor educação. Durante o século XIX, as classes mais abastadas e a classe média tinham mulheres que cuidavam das crianças. Nas classes menos favorecidas as filhas cuidavam dos irmãos menores para a mãe trabalhar. Nesse período surgiu a roda dos expostos. Entre 1530-1822, a tutela era do Estado, as crianças sofriam castigos

---

<sup>1</sup> Dra em Educação (PUCPR) – Professora do Curso de Pedagogia – Estácio Curitiba – [cjuliato@hotmail.com](mailto:cjuliato@hotmail.com)

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pedagogia – Estácio Curitiba. E-mail: [marquescaroline339@gmail.com](mailto:marquescaroline339@gmail.com)

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Pedagogia – Estácio Curitiba. E-mail: [fernandadesouza2003@gmail.com](mailto:fernandadesouza2003@gmail.com)

<sup>4</sup> Aluna do Curso de Pedagogia – Estácio Curitiba. E-mail: [isabelegoliveira2@gmail.com](mailto:isabelegoliveira2@gmail.com)

<sup>5</sup> Aluna do Curso de Pedagogia – Estácio Curitiba. E-mail: [kaahmuratori@gmail.com](mailto:kaahmuratori@gmail.com)

<sup>6</sup> Aluna do Curso de Pedagogia – Estácio Curitiba. E-mail: [luciacecongiacomitti@gmail.com](mailto:luciacecongiacomitti@gmail.com)

corporais e era alto o índice de mortalidade infantil; 1824, estabelecida instrução gratuita primária para todos; 1827, determinada a criação de escolas de 1<sup>as</sup> letras em cada cidade, o que não aconteceu; 1861, criado o Instituto para Menores; 1875, criado o 1<sup>o</sup> Jardim de Infância para crianças de 0-6 anos; 1889-1930, criado o Movimento Higienista. Surgem as 1<sup>as</sup> leis para menores; 1932, surgiu o Manifesto dos Pioneiros, defendendo uma educação não religiosa, gratuita e obrigatória, função do Estado. Nas primeiras décadas do século XX, com maior participação das mulheres no trabalho, reivindicou-se um local para deixar as crianças, e logo vieram as primeiras creches. No geral, a infância foi considerada sem importância, a criança era objetificada, protegida ou punida, de acordo com a classe social ou a raça. No século XX, a criança é tratada como um ser mais ativo na sociedade tendo mais amparo governamental na saúde, segurança e educação, mesmo nas famílias menos abastadas. Foi a Declaração dos Direitos Humanos, que tornou a criança apta a ter direitos, tornando-a cidadã. A maior parte das crianças do século XX estudavam em colégios religiosos ou tinham professores particulares. As crianças negras tinham conhecimento reduzido, focando apenas na leitura. Em 1990 foi promulgada o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, proporcionando não só apenas o direito ao estudo, mas também o direito à saúde, lazer e outros. No final do século XX e começo do século XXI a educação passou a ser fora de casa, pois os pais trabalhavam de forma integral. Os parâmetros de qualidade da educação infantil são dados que colocam a criança como ser ativo na sociedade, que tem sua opinião e sua maneira de se expressar. Os parâmetros têm a oferecer a implantação de políticas públicas de qualidade. Tem padrões legislativos para o sistema educacional, para organização de escolas públicas e particulares. O documento visa também a expansão das vagas e a importância da educação na pré-escola, e nas creches. Como legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tem ações de assistência e proteção às crianças e adolescentes. O ECA reproduziu em grande parte o teor da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1979 e da Convenção Internacional sobre os direitos da Criança aprovados pela ONU em 1989. Mesmo sendo reflexo de mudanças internacionais, o país tardou em cumprir os compromissos assumidos ao

promulgar formalmente a Convenção, que no Brasil foi feita em 1990. Apenas em novembro de 2003, o governo da época encaminhou ao Comitê da ONU um primeiro informe com o panorama da situação da infância no Brasil entre 1991 e 2002. Desde 11 de Outubro de 1890, o Código Criminal da República determina penalização de crianças entre 9 e 14 anos. Pela nova lei, a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. As concepções sobre criança e infância são construções sociais, históricas e culturais que se consolidam em diferentes contextos nos quais são produzidas. Na contemporaneidade, a concepção da infância passa por uma ação pedagógica que considera a criança como um ser social. Nesse processo, a criança passa a ser vista como um indivíduo que tem necessidades como um ser histórico e de direitos, ou seja, ela passa a ser vista como um integrante da sociedade.

**Palavras-chave:** Criança; Infância; Educação Infantil; História da Educação.

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL, 1988. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. DISPONÍVEL EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). ACESSO EM 15/10/2022.

BRASIL, 1990. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA**. DISPONÍVEL EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). ACESSO EM: 15/10/2022.

